

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Chicão da Silveira - PDT
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank - PMN
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Remídio Monai - PR

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz - PV
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Flamarion Portela - PTC

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Jean Frank - PMN

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Suplentes:
1º - Deputado Sargento Damosiel - PRP
2º - Deputada Aurelina Medeiros - PSDB

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Chicão da Silveira - PDT

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Marcelo Natanael - PRB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Dhiego Coelho - PSL

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Sargento Damosiel - PRP
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Soldado Sampaio - PC do B

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Remídio Monai - PR

SUMÁRIO	Atos Administrativos	
	Despacho ao Processo nº 00038/ALE/2012	2
Atos Legislativos	Atos Legislativos	
	Ata da 2115ª Sessão Ordinária	2
EXPEDIENTE	GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL	
	Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR Telefone: (95) 3623-6665 ELÂNDIA GOMES ARAÚJO Gerente de Documentação Geral VICTOR TAVARES PIRO Diagramação	
MATÉRIAS PUBLICAÇÕES	As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h	
	É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.	

ATOS ADMINISTRATIVOS

DA PRESIDÊNCIA: EXTRATOS DE CONTRATOS

DESPACHO

PROCESSO Nº 00038/ALE/2012

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Reconheço a Inexigibilidade de Licitação, referente às despesas de serviços de divulgação e veiculação de mídia em Busdoor, sendo 30 (trinta) superior, em 30 (trinta) mídias inferiores, durante 90 (noventa) dias, no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) conforme consta no processo em epígrafe, com fundamento no disposto do Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores. Sendo assim, em atendimento o que dispõe o Art. 26 do referido diploma legal, submeto o assunto a elevada consideração do Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Boa Vista-RR, 03 de maio de 2012.

Aias Viana Bento

Superintendente Administrativo

Ratifico o despacho retro, nos termos do Art. 26, referente à Aquisição de serviços de divulgação e veiculação de mídia em Busdoor, sendo 30 (trinta) superior, em 30 (trinta) mídias inferiores, durante 90 (noventa) dias, de que trata o presente Processo.

Determino que se publique no Diário Oficial da Assembleia Legislativa, de conformidade, com a exigência contida no mesmo Art. 26 da lei supramencionada, no prazo de 05 (cinco) dias, o presente despacho.

Boa Vista-RR, 03 de maio de 2012.

Francisco de Sales Guerra Neto
Presidente

ATAS PLENÁRIO - SUCINTA

ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA CENTÉSIMA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO TERCEIRO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia oito de maio de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima décima quinta Sessão Ordinária do quadragésimo terceiro Período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente em exercício, Deputado **Coronel Chagas**, declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado **Remídio Monai**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo,

solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado **Chicão da Silveira**, proceder à leitura do Expediente. **RECEBIDO DOS DEPUTADOS:** Memorando nº 109/12, de 25/04/12, do Deputado Jalsner Renier, comunicando sua ausência à Sessão Plenária do dia 26/04/12. Memorando nº 021/12, de 25/04/12, do Deputado Marcelo Natanael, comunicando sua ausência à Sessão Plenária do dia 26/04/12. Memorando nº 14/12, de 26/04/12, da Deputada Angela Águida Portella, comunicando sua ausência à Sessão Plenária do dia 26/04/12. Memorando nº 030/12, de 26/04/12, do Deputado Jean Frank, comunicando sua ausência à Sessão Plenária do dia 26/04/12. Memorando nº 022/12, de 30/04/12, do Deputado Ionilson Sampaio, comunicando sua ausência às Sessões Plenárias, no período de 02 a 08/05/12. Memorando nº 010/12, de 02/05/12, do Deputado Marcelo Cabral, comunicando sua ausência à Sessão Plenária do dia 03/05/12. Memorando nº 07/12, de 02/05/12, do Deputado Jânio Xingú, comunicando sua ausência à Sessão Plenária do dia 03/05/12. Memorando nº 011/12, de 04/05/12, do Deputado Marcelo Cabral, comunicando sua ausência às Sessões Plenárias dos dias 08, 09 e 10/05/12. **RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:** Mensagem Governamental nº 018, de 24/05/12, encaminhando, para apreciação, Projeto de Lei que "Dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Defensoria Pública do Estado de Roraima". Mensagem Governamental nº 20, de 26/04/12, solicitando deliberação do Projeto de Lei que "Fixa o índice de Revisão Geral Anual, exercício 2012, preceituada no art. 37, inciso X, da CF/88 e art. 20-C da Constituição Estadual, combinado com o art. 1º da Lei nº 769, de 05/04/10, para remunerações, salários, subsídios, proventos e pensões dos servidores civis e militares, ativos, inativos e pensionistas, do Poder Executivo da Administração Pública Estadual Direta e Indireta". **EXTERNO:** Carta s/n, de 13/03/12, da Associação Cultural Canarinhos da Amazônia, solicitando apoio e recursos financeiros para o Projeto de Cinema Canarinhos da Amazônia Embaixadores da Paz. Comunicado nº AL000098/2012, de 19/04/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Ofício nº 040/12, de 23/04/12, da Associação dos Trabalhadores sem teto de Roraima, solicitando despacho oficial sobre a situação das cabeceiras da ponte que fica localizada no bairro Cidade Satélite, no Loteamento Boa Esperança e Loteamento Popular do Projeto João de Barro. Ofício nº 067, de 27/04/12, do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima, encaminhando exemplar do Jornal Interno do INMETRO e Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade, referente mês de Março. Ofício nº 105/12, de 01/05/12, da Associação dos Antigos Policiais Civis e Servidores do Ex-Território Federal de Roraima, solicitando aprovação de Projeto de Lei que transforma a referida Associação em entidade de utilidade pública. Ofício nº 086/12, de 07/04/12, do Sindicato dos Policiais Civis do Estado de Roraima, solicitando um debate sobre o projeto de promoção da Polícia Civil. Ofício nº 041/12, de 04/05/12, da Associação dos Policiais e Bombeiros Militares do Estado de Roraima – APBM/RR, apresentando esclarecimentos a respeito de denúncias veiculadas no jornal digital Fonte Brasil. **GRANDE EXPEDIENTE:** O Senhor Deputado **Brito Bezerra** iniciou seu pronunciamento parabenizando os seus Pares pela realização do Seminário sobre Agricultura, com a discussão de temas relevantes para o Estado. Prosseguindo, deu conhecimento de que, a partir do referido seminário, criou um documento que visa o planejamento específico de biossegurança voltado para a proteção do segmento de piscicultura em toda cadeia produtiva, destacando que encaminhará uma cópia para a Presidente da ADERR e outra para a Secretaria Estadual de Agricultura, com vistas à implantação. Após, defendendo a importância da proteção do segmento, ressaltou que, segundo informação do maior piscicultor de Roraima, Senhor Aniceto Wanderley, se houvesse seis mil hectares de lâminas d'água, o Estado dobraria o PIB, gerando mais emprego e renda. Dando continuidade ao seu pronunciamento, cobrou a conclusão da obra que envolve as Avenidas Homerindo dos Santos, Ataíde Teive e Bandeirantes, onde, de acordo com o Senhor Parlamentar, concentram-se duzentos e setenta empresários, os quais acumulam grandes prejuízos, a cada período do inverno, uma vez que seus comércios são tomados pelas águas, destacando que vem acompanhando a situação, para a qual já houve três audiências públicas, com a participação do Secretário de Obras e do Deputado Luciano Castro, autor da emenda, tendo ficado acertado que a obra seria concluída até o final do mês de maio, no entanto, está parada, pelo fato de o pagamento não estar sendo feito

conforme o cronograma. Finalizou informando sua visita à comunidade de Campos Novos, maior produtora de banana do Estado, onde verificou a dificuldade que os produtores enfrentam para escoar a produção, ocasião em que foram solicitadas melhorias na malha viária daquela localidade. O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** iniciou informando ter participado de uma audiência com o Ministro do Conselho Nacional de Justiça, onde, de acordo com o Senhor Parlamentar, foram debatidos, entre outros temas, o rigor das leis no que tange à punição dos órgãos de fiscalização aos gestores públicos, sem antes haver uma condenação formal. Prosseguindo, relatou um incidente ocorrido em 1994, onde foi denunciado pela Caixa Econômica Federal junto ao Banco Central, tendo seu nome sido colocado em restrição devido a contratos de habitação sob responsabilidade da CODESAIMA, no transcorrer de sua gestão como Vice-Prefeito, ressaltando que a dívida nem era da CODESAIMA, mas do antigo Território de Roraima, imposta ao Estado pela União, no ato de sua transformação. Após, ressaltou que, apesar de nunca ter feito qualquer outro tipo de contrato com a Caixa Econômica Federal, não pode ter nenhum tipo de financiamento ou outros benefícios junto às instituições financeiras, devido à restrição. Continuando, destacou que, ao procurar a Caixa Econômica, na tentativa de resolver a situação, recebeu um documento confirmando que a restrição havia sido um equívoco, tendo sido feita a solicitação da baixa desde 2008, ressaltando, porém, que, no Banco Central, foi informado que somente a Caixa Econômica poderia fazer a retirada da restrição, de modo que, enquanto os dois órgãos jogam a responsabilidade de um para o outro, o seu problema continua sem solução, e acrescentou, ainda, que só teve acesso às informações pelo fato de ser Deputado Estadual, o que não ocorre com o cidadão comum, que passa pelos mesmos problemas e não tem condições de contratar um advogado. Dando continuidade, manifestou sua indignação com o fato de o Estado não contar, sequer, com uma ouvidoria do Ministério Público Federal ou da Procuradoria da Fazenda Nacional, para que seja possível denunciar os absurdos cometidos contra o cidadão, destacando, entre outras, a dificuldade encontrada no momento de solicitar o benefício da aposentadoria junto ao INSS, situação que, segundo o Senhor Deputado, tem levado algumas pessoas a procurar outros Estados em busca do benefício. Finalizou afirmando que a falta de informações não se restringe ao setor financeiro, mas também a outros, como o da Saúde, que impõem dificuldades para resolver problemas relativos a direitos constitucionais dos cidadãos roraimenses que pagam seus impostos. O Senhor Deputado **Coronel Chagas** iniciou seu pronunciamento falando da sua preocupação, como ex-integrante ativo da Polícia Militar, por mais de 20 anos, com a postagem de matérias atacando pessoas, de forma anônima, dentre elas, a Senhora Deputada Aurelina Medeiros, em decorrência da sua atuação como relatora do Projeto que dispunha sobre a carreira, a remuneração e o quadro de organização e distribuição do efetivo da Polícia Militar, com mensagens caluniosas, desrespeitosas, antiéticas e criminosas, em um blog da Associação dos Policiais e Bombeiros Militares. Prosseguindo, foi enfático ao afirmar que esse posicionamento não reflete o pensamento dos integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, ressaltando, porém, que a Associação tem responsabilidade no episódio, pelo fato de ter permitido tal publicação, principalmente de forma anônima, uma vez que administra o blog. Em seguida, referiu-se a outra postagem do blog dirigida ao Comandante de Policiamento da capital e aos oficiais, de forma generalizada, com postagens preconceituosas que, em sua opinião, visam, simplesmente, atacar a honra das pessoas e causar instabilidade nas instituições e na sociedade. Finalizou afirmando que, por ser um policial militar, por conhecer os integrantes da corporação, por conhecer as pessoas que foram atacadas e, principalmente, por viver num estado democrático de direito, onde se tem representação política, não poderia, de forma nenhuma, deixar de manifestar sua preocupação. O Senhor Deputado **Flamaron Portela** iniciou lamentando a interdição da Secretaria de Infraestrutura, por falta de condição de trabalho em sua estrutura interna, sendo inclusive, manchete de capa do Jornal Folha de Boa Vista. Prosseguindo, ressaltou que o órgão é vital no Estado, especialmente no período de inverno, quando as estradas ficam precárias, sugerindo que se busque outro local para que a Secretaria voltar a funcionar, o mais rápido possível. Em seguida, lembrou que o Departamento de Imprensa Oficial também foi interditado pelo mesmo motivo, destacando que, há poucos dias, foi alugado um prédio para funcionamento da Secretaria de Educação, uma vez que a Secretária da pasta teria informado que o Órgão estava sem a menor condição de trabalho. Após, reportando-se às

transferências das terras de domínio do Estado de Roraima para os municípios, informou que o processo foi feito em 2009, pela União, lembrando que Roraima tem, hoje, algo em torno de seis milhões de hectares à sua disposição. Continuando, destacou que, para essa regularização, foram destinados trinta milhões de reais para, aproximadamente, dezoito mil lotes. Na sequência, manifestou sua satisfação pelo resultado do seminário do agronegócio, realizado por esta Casa, onde foram discutidos os problemas da agricultura em Roraima, destacando a importância de se discutir a legalização urbana, pois, segundo o Senhor Parlamentar, os municípios do Estado apresentam uma indefinição urbanística real, muito deles sem nenhuma perspectiva de elaborar um projeto de mobilidade social, e chamou a atenção para o fato de que o Município de Boa Vista possui bairros que não têm como titular suas áreas, porque o Estado não repassa as terras que deveriam ser legalizadas, gerando assim uma insegurança para o acesso ao crédito. Finalizando, fez um apelo para que o Poder Executivo acelere o processo de transferência das terras do Estado para os municípios, independente de cor partidária, numa demonstração de respeito e preocupação com a sociedade como um todo, ressaltando que basta ao Governo do Estado apresentar um Projeto de Lei para ser analisado e votado por esta Casa, ajudando, dessa forma, o Município a ter mais autonomia. A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** iniciou afirmando que seu estilo de fazer política nunca foi de polemizar, mas de trabalhar, não em troca de votos, nem tão pouco tendo como moeda de troca suas palavras. Continuando, agradeceu ao Senhor Deputado Coronel Chagas pela solidariedade, destacando que, como relatora do Projeto da Polícia Militar, em 2001, não rejeitou nenhuma reivindicação trazida pela categoria, inclusive, o interstício para promoção. Prosseguindo, afirmou que, apesar disso, nunca foi à PM dizer o que fez e pedir voto, por entender que seu universo como política é o Estado de Roraima, com todas as categorias funcionais e pessoas que nele residem. Em seguida, reportou-se aos vetos ao Projeto dos Policiais Militares e Bombeiros, principalmente com relação à aposentadoria com soldo integral, destacando que já consta no Projeto aprovado em 2001, dependendo apenas da Lei Previdenciária, e que, talvez, por desconhecerem a legislação e suas funções, não brigaram para regularizar o que falta na Lei. Após, disse lamentar profundamente os vetos apostos ao Projeto, os quais foram aprovados por unanimidade, inclusive, pelos Deputados de oposição, num acordo de gente grande, feito com o intuito de não prejudicar a classe dos policiais e bombeiros militares. Dando continuidade, demonstrou sua indignação e estranheza com o conteúdo de um texto apócrifo postado no site da Associação de Policiais e Bombeiros Militares denegrindo sua imagem, com palavras de baixo calão, e conclamando a classe a perseguir seus aliados e familiares. Prosseguindo, disse ter certeza de que esse não é o pensamento dos homens de boa índole, caráter e boa fé que compõem a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros, ressaltando que está tomando todas as medidas cabíveis, uma vez que é inexplicável que um site de uma associação permita a postagem de matérias dessa natureza, sujeitando-se às penalidades da lei. Finalizou agradecendo a solidariedade de seus Pares, ao mesmo tempo em que pediu providências à Corregedoria da Casa e ao Comando da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros para que identifiquem o autor do texto, por temer pelo que possa ocorrer com sua família. O Senhor Deputado **Erci de Moraes** iniciou agradecendo ao Presidente da Casa, à Mesa Diretora, aos membros da Comissão de Agricultura, à imprensa, aos servidores da Casa e a todos que contribuíram de alguma forma para a realização e o sucesso do I Simpósio de Agricultura, afirmando acreditar que o Simpósio cumpriu o seu objetivo, que era informar e tentar mostrar a realidade vivida, visando buscar soluções e maneiras de melhorar a agricultura no Estado. Prosseguindo, destacou que foram tratados assuntos como a titulação de terras, que precisa chegar com urgência ao produtor rural; a urgência de um organismo de assistência técnica com a qual se alcançará o sucesso da agricultura familiar; as culturas e criações que estão sendo feitas no Estado e que ainda não são de conhecimento de todos, como é o caso da piscicultura, que tem se imposto a cada dia de forma expressiva no desenvolvimento do Estado, entre outros assuntos de relevância para a agricultura. Prosseguindo, registrou que, ao fim do Simpósio, recebeu uma crítica contundente de uma das lideranças da agricultura familiar, cobrando maior participação dos Deputados, ao que não se defendeu, aceitando a crítica e incluindo-se nela, por acreditar que, realmente, houve uma falha e cabe a cada um fazer sua reflexão. Prosseguindo, chamou a atenção para uma matéria veiculada na revista Veja com o título Corretores do ar, dando conta de que a Advocacia Geral da União tenta processar dois falsos ambientalistas

que, na tentativa de ficar milionários, convenceram os índios das tribos Trombetas e Mapoera do Pará a assinarem um acordo liberando a exploração e comercialização, com exclusividade dos créditos de carbono de suas terras, com um contrato de vinte e cinco anos e lucros de vinte e cinco por cento para os ambientalistas. Finalizando, citou uma matéria publicada pelo Jornal Folha de Boa Vista que afirma que o Ministério Público Federal busca formas, através de Termos de Ajustamento de Conduta, para impedir ou dirimir, a proporções desconhecidas, o desmatamento da Amazônia, sem levar em conta que o verdadeiro vilão da poluição não é o desmatamento, que se dá pela derrubada de árvores para plantações e pasto, mas os detritos e entulhos originários das cidades. O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** repudiou a matéria postada no blog da Associação de Policiais e Bombeiros e que veio repercutir em um blog do jornalista Edessen Lima, que já é conhecido da classe política, enfatizando que não tem nenhum tipo de amizade com o jornalista e que está tomando providências, através da Corregedoria da Assembleia Legislativa, pelas acusações levianas a sua pessoa. Prosseguindo, informou que não responde pela Associação de Policiais e Bombeiros, nem tampouco pelo site da referida Associação, destacando que não compactua com atitudes dessa natureza, assim como a diretoria da Entidade, e que, durante o tempo em que esteve à frente do Órgão, posicionou-se de maneira franca e clara, assumindo suas responsabilidades. Na opinião do Senhor Parlamentar, a Associação pecou por ser omissa em permitir qualquer tipo de postagem, ressaltando que, durante sua gestão, era feita uma filtragem dos comentários e só depois eram postados ou não. Continuando, destacou que os fatos precisam ser apurados e o autor, responsabilizado. Em seguida, fez um relato da vida política da Senhora Deputada Aurelina Medeiros, lembrando que, em 2001, quando foi criada a Lei 051, o referencial era a Senhora Deputada, inclusive, como forma de reconhecimento do seu trabalho, a Associação foi às ruas pedir apoio para a sua candidatura. Finalizou agradecendo, em nome da Associação e dos bons policiais, o apoio recebido na aprovação

da Lei 051 e o apoio recebido na aprovação do Estatuto. O Senhor Presidente, Deputado **Chico Guerra**, referindo-se aos ataques no blog da Associação de Policiais e Bombeiros Militares à Senhora Deputada Aurelina Medeiros, afirmou que o posicionamento do Senhor Deputado Soldado Sampaio foi de fundamental importância para o esclarecimento do imbróglio triste que atingiu a todos os Parlamentares da Casa, uma vez que a entidade merece todo respeito e carinho deste Poder. Após, reportando-se às colocações do Senhor Deputado Erci de Moraes, agradeceu aos Senhores Deputados membros da Comissão de Agricultura que estiverem presentes durante o Simpósio, ao mesmo tempo em que lamentou a falta de interesse de alguns Parlamentares, lembrando que o evento não é da Comissão, mas da Assembleia, com o objetivo de discutir os problemas da sociedade. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente anunciou para a pauta da Ordem do Dia a discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 047/11, que "Institui o Dia do Militar Estadual Inativo", de autoria do Deputado Soldado Sampaio. Prosseguindo, informou que, atendendo ao pedido de vistas do Senhor Deputado Sargento Damosiel, o Projeto foi retirado da pauta. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** O Senhor Deputado **Gabriel Picanço**, ratificando o posicionamento do Senhor Presidente, solicitou aos demais Parlamentares uma participação mais ativa nos próximos seminários a serem realizados na Casa. O Senhor Deputado **Marcelo Natanael** agradeceu ao Senhor Presidente pela realização do Simpósio da Agricultura. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou a Sessão, convocando outra para o dia 8, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Angela Á. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Jalsen Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada em: 09/05/12



PROCON

ASSEMBLEIA



**A voz do
Consumidor**